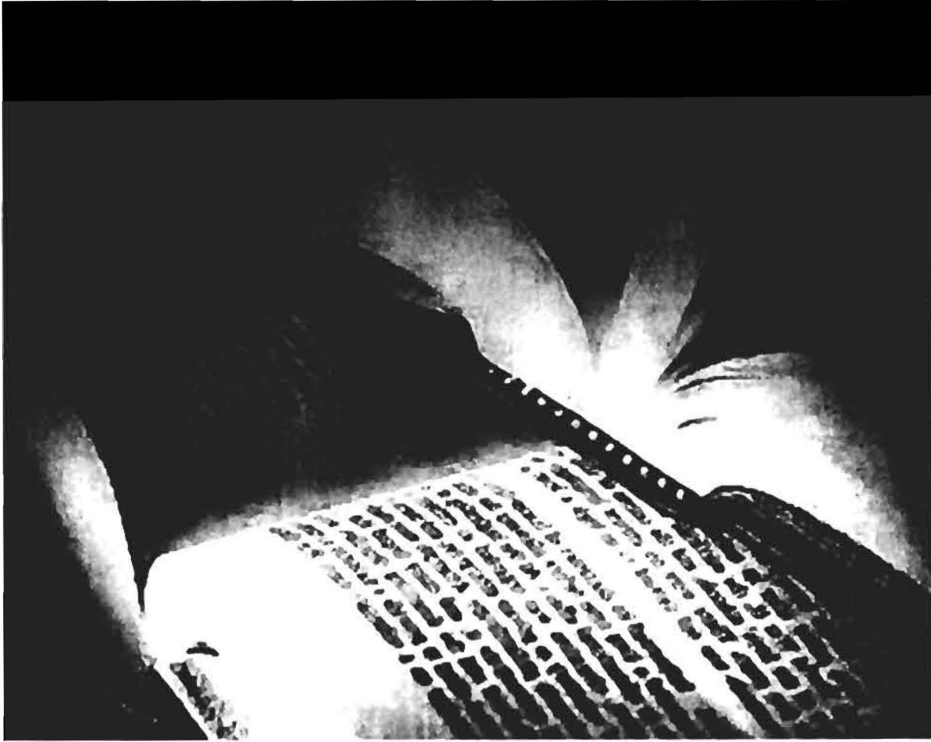




# MONOGRAFIAS DO CEJ



## **A igualdade – formal e material – nas demandas repetitivas sobre direitos sociais**

***Vânila Cardoso André de Moraes***



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal  
Centro de Estudos Judiciários



342.56(81)  
M8281

Copyright © Conselho da Justiça Federal

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

**EQUIPE EDITORIAL****CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS**

Ministro Mauro Campbell Marques

Diretor

Jaqueline Aparecida Correia de Mello

Secretária

Rita Helena dos Anjos

Subsecretária de Informação Documental e Editoração CEJ

**COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO DO CEJ**

Milra de Lucena Machado Amorim

Coordenadora

Ariane Emílio Kloth

Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Dulcinéia Mendes dos Santos

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Alice Zilda Dalben Siqueira

Servidora da Seção de Programação Visual e Arte-Final

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
1105544	08/09/17

**Impressão**

Seção de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

M791i Moraes, Vânia Cardoso André de.

A igualdade – formal e material – nas demandas repetitivas sobre direitos sociais / Vânia Cardoso André de Moraes. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2016.

292 p. – (Série monografias do CEJ ; v. 24)

ISBN 978-85-8296-017-2

1. Igualdade perante a lei. – 2. Prerrogativa constitucional – 3. Jurisdição administrativa. – 4. Sistema judiciário. 5. Direitos e garantias individuais. – 6. Efeito vinculante. – I. Título. – II. Série.

CDU 340.12

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1 DA IGUALDADE .....	23
1.1 A função do direito no contexto das desigualdades sociais ...	25
1.2 Da igualdade como valor superior de justiça.....	32
1.3 Igualdade como princípio jurídico.....	39
1.4 Da igualdade formal e material.....	43
2 DIREITOS SOCIAIS .....	49
2.1 Direitos fundamentais sociais e o Estado.....	58
2.2 Características dos direitos fundamentais sociais.....	63
2.3 Das demandas relacionadas à saúde e ao direito previdenciário.....	66
2.3.1 Direito à saúde .....	68
2.3.2 Demandas previdenciárias .....	74
2.4 Fenômeno da postulação repetitiva dos direitos fundamentais sociais .....	76
3 DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E O PRINCÍPIO JURÍDICO DA IGUALDADE NA SEARA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	83
3.1 Demandas repetitivas decorrentes de ações e omissões da administração pública .....	88
3.2 O princípio da legalidade sob a ótica constitucional de transformação da igualdade jurídica em igualdade social .....	93

3.3	Da processualidade administrativa.....	101
3.4	Fragilidades do devido processo legal administrativo e a consequente explosão de litígios.....	108
3.5	Requerimento/processo administrativo prévio e a construção da igualdade de acesso aos bens públicos.....	110
3.6	Processualização dos direitos fundamentais sociais na seara administrativa.....	114
3.6.1	Estruturação da administração pública.....	115
3.6.2	Extensão dos efeitos da decisão favorável.....	119
3.7	Participação popular no processo administrativo.....	122
3.8	Perspectivas de <i>lege ferenda</i> : Código Modelo de Processos Administrativos – Judicial e Extrajudicial – para a Ibero-América.....	128
4	DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E O PRINCÍPIO JURÍDICO DA IGUALDADE NA SEARA JURISDICIONAL.....	133
4.1	Jurisdição administrativa – o controle da administração pública.....	133
4.2	Institutos processuais brasileiros e a construção da igualdade formal.....	140
4.2.1	Sistema de uniformização.....	140
4.2.2	Processo civil coletivo.....	148
4.2.3	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no novo CPC.....	153
4.3	Construção da igualdade via processo judicial.....	156
4.3.1	Mínimo existencial: mínimo social necessário à construção da igualdade material.....	159
4.3.2	Reserva do possível.....	164
4.4	Do controle difuso: demandas individuais, direitos sociais e construção da igualdade.....	167
4.5	Do controle concentrado.....	173

4.5.1	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário .....	173
4.5.2	Controle judicial do orçamento.....	185
4.5.3	Controle judicial das omissões legislativas.....	192
4.5.4	Resumo.....	196
4.6	Perspectivas de <i>lege ferenda</i> para a construção da igualdade ...	197
4.6.1	Vinculação das decisões prolatadas em incidente de resolução de demandas repetitivas (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015) à administração pública.....	197
4.6.2	Código Ibero-Americano de Processos Administrativos Judicial e Extrajudicial .....	200
4.6.3	Código Modelo Euro-Americano de Jurisdição Administrativa.....	204
5	PESQUISA REALIZADA JUNTO A JUÍZES FEDERAIS E ESTADUAIS A RESPEITO DA CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE FORMAL E MATERIAL.....	213
5.1	Objetivos.....	213
5.2	Metodologia.....	214
5.3	Resultados obtidos.....	215
5.4	Análise dos resultados .....	218
6	CONCLUSÃO .....	221
7	REFERÊNCIAS.....	229
8	APÊNDICE .....	253